

**ATA RELATIVA À SESSÃO ORDINÁRIA DA**

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA A**

**30 DE SETEMBRO DE 2024**



ATA RELATIVA À SESSÃO ORDINÁRIA DA  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE 30 DE SETEMBRO  
DE 2024

No dia trinta de setembro do ano de dois mil e vinte e quatro, pelas vinte e uma horas e trinta minutos, no salão da Junta de Freguesia de Aguiar, reuniu a Assembleia Municipal deste Concelho, em sessão ordinária, tendo como ordem de trabalhos os seguintes pontos: -----

- 1) Proposta de assunção compromissos plurianuais e respetivos encargos, decorrentes da contratação de financiamento por locação financeira (leasing), da aquisição de um veículo pesado de passageiros – autocarro (sujeito a aprovação em reunião de Câmara);
- 2) Proposta de aprovação da 30ª alteração ao Orçamento, que integra a 3ª alteração modificativa ao Orçamento da Receita, a 3ª alteração modificativa ao Orçamento da Despesa e a 3ª alteração modificativa ao PPI (sujeito a aprovação em reunião de Câmara);
- 3) Proposta de aprovação da 4ª Alteração ao Mapa de Pessoal para 2023, em vigor em 2024 (sujeito a aprovação em reunião de Câmara);
- 4) Proposta de concessão de apoio financeiro à Freguesia de Alcáçovas, nos termos do disposto na alínea j) do n.º 1 do art.º 25.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na atual redação (Semana Cultural);
- 5) Proposta de aprovação da alteração do Loteamento da Zona Industrial de Alcáçovas.

O senhor Presidente da Assembleia declarou aberta a sessão. -----

O primeiro secretário da Mesa procedeu à verificação das presenças, estando presentes os seguintes membros: -----

- Estêvão Manuel Machado Pereira, que presidiu -----
- Marília de Jesus Vaz Rasquinho, na qualidade de primeiro secretário -----



- Nuno José Caeiro Grave, na qualidade de segundo secretário-----
- Paula Alexandra Mendes Maurício -----
- Sara Patrícia Galega Rodrigues, na qualidade de segundo secretário -----
- António Manuel Dimas Grosso -----
- Marta Sofia São Pedro Figueiredo Lopes Rebocho-----
- Bernardino António Bengalinha Pinto -----
- Fernando Manuel Tim Tim Janeiro -----
- João Pedro Valério Parra Martinho Antunes -----
- José Fernando Nazaré Pereira -----
- Cecília Isabel Pinto Lopes-----
- Célia do Carmo Mendes Remourinho Peres Sabino-----
- Ricardo Filipe Malagão Soldado-----
- Maria Leonor Martins de Carvalho Sacadura Botte Ribeiro Fernandes-----
- Rosinda de Fátima Bandarra Gaio, Presidente da Junta de Freguesia de Aguiar -----
- Frederico Miguel Claudino Nunes de Carvalho, Presidente da Junta de Freguesia de Alcáçovas-----
- Tânia Alexandra Candeias Milhano, Presidente da Junta de Freguesia de Viana do Alentejo. -----

O membro Joana de Carvalho Galvão, mediante requerimento dirigido ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, nos termos do artigo 78º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na atual redação, fez-se substituir pelo membro José Fernando Nazaré Pereira. -----

O membro João de Deus Carapeto Fialho, mediante requerimento dirigido ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, nos termos do artigo 78º da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, na atual redação, fez-se substituir pelo membro Maria Leonor Martins de Carvalho Sacadura Botte Ribeiro Fernandes. -----

No Período de Antes da Ordem do Dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu conhecimento da correspondência recebida, referindo que a mesma se encontrava disponível para quem a quisesse consultar. -----

No uso da palavra, o Senhor Presidente da Assembleia afirmou que era necessário fazer alterações à Ordem de Trabalhos, como todos tinham percebido. -----

O Senhor Presidente da Assembleia disse que, inexplicavelmente, havia dois pontos considerados obrigatórios na Ordem de Trabalhos que não constavam da convocatória: o primeiro, “*Aprovação da ata em minuta no final da sessão*”; e o segundo, “*Apreciação da informação escrita sobre a atividade da Câmara.*”-----



O Senhor Presidente disse que não havia muito a dizer para justificar aquela falha, exceto que, da sua parte, a convocatória tinha sido assinada na sexta-feira, em cima da hora da inauguração, e que não a leu. -----

Assim, propôs a inclusão na Ordem de Trabalhos dos pontos mencionados, que deveriam constar por serem obrigatórios. -----

No caso de concordância com a inclusão dos pontos, o Senhor Presidente da Assembleia disse que iria propor a renumeração dos pontos seguintes da Ordem de Trabalhos. No entanto, foi informado pelo Senhor Presidente da Câmara de que era necessário retirar o primeiro ponto da Ordem de Trabalhos, que é o seguinte: *“Proposta de assunção de compromissos plurianuais e respetivos encargos, decorrentes da contratação de financiamento por locação financeira (leasing) para a aquisição de um veículo pesado de passageiros – autocarro (sujeito a aprovação em reunião de Câmara)”*. -----

Neste contexto, a proposta do Senhor Presidente da Assembleia consistia em acrescentar o primeiro ponto, “Aprovação da ata em minuta no final da sessão”, e o segundo ponto, “Apreciação da informação escrita sobre a atividade da Câmara”, retirando, assim, o ponto um da Ordem de Trabalhos. Caso a proposta fosse aprovada, proceder-se-ia à renumeração dos pontos. -----

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, que cumprimentou todos os presentes e referiu que se tinha comprometido, em reunião de Câmara, trazer à sessão da Assembleia Municipal de hoje o parecer do jurista sobre o ponto *“Proposta de assunção de compromissos plurianuais e respetivos encargos, decorrentes da contratação de financiamento por locação financeira (leasing) para a aquisição de um veículo pesado de passageiros – autocarro (sujeito a aprovação em reunião de Câmara)”*. -----

Como esse parecer não chegou até à data, e honrando o seu compromisso, considerou que o ponto não deveria ser discutido. -----

O Senhor Presidente da Assembleia voltou a intervir e submeteu à aprovação a alteração da Ordem de Trabalhos, conforme referido anteriormente. A proposta foi aprovada por unanimidade. -----

No período Antes da Ordem do Dia, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu conhecimento da correspondência recebida, referindo que a mesma se encontrava disponível para quem a quisesse consultar. -----

Ainda neste período, o Senhor Presidente da Assembleia submeteu a apreciação a ata da sessão ordinária de 29 de dezembro de 2023, questionando se havia alguma observação a fazer. -----

Interveio o membro Fernando Janeiro e o Senhor Presidente da Assembleia que assinalaram alguns lapsos. -----

Após as correções sugeridas, a ata da sessão ordinária de 29 de dezembro de 2023 foi aprovada com 13 votos favoráveis. Não participaram da votação os membros Sara Rodrigues, Marta Rebocho, Bernardino Bengalinha Pinto, João Antunes e Maria Leonor Botte Fernandes, por não terem estado presentes na sessão a que a ata se refere. -----

Procedeu-se de seguida à votação da ata relativa à sessão à ordinária de 29 de abril de 2024. Após as correções efetuadas, a mesma foi aprovada com 13 votos favoráveis. Não participaram da votação os membros, Paula Maurício, Bernardino Bengalinha Pinto, Fernando



Janeiro, Maria Leonor Botte Fernandes e Tânia Milhano, por não terem estado presentes na sessão a que a ata se refere. -----

O membro Cecília Lopes interveio, começando por felicitar a Junta de Freguesia de Alcáçovas pelo memorando de entendimento celebrado com o “Ayuntamiento de Tordesilhas” considerando-o um marco histórico de grande importância. Na opinião da força política VIVA, este acordo deveria ser aproveitado pelo Concelho, por representar uma mais-valia. -- Aproveitou ainda para felicitar o Senhor Presidente da Câmara pela escolha do local para a inauguração da Feira D’Aires 2025, que teve lugar junto ao Santuário, afirmando tratar-se do local mais apropriado. -----

Prosseguindo, o membro Cecília Lopes felicitou também a Junta de Freguesia de Viana do Alentejo pelo lançamento do livro “*Nossa Senhora D’Aires – A Lenda, o Espaço e a Ação Humana*”, da autoria da Dra. Fátima Farrica.”-----

Seguiu-se a intervenção de Frederico Carvalho, Presidente da Junta de Freguesia de Alcáçovas, que começou por saudar o Senhor Presidente da Câmara, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, os Senhores Vereadores presentes, os deputados municipais, o público e os técnicos ao serviço, a quem dirigiu palavras de agradecimento e reconhecimento pela disponibilidade e pelo trabalho árduo. -----

Aludindo às palavras do membro Cecília Lopes, reforçou o seu apreço pela escolha do local para a inauguração da Feira D’Aires 2024, sublinhando ser um local apropriado para o evento. Dirigiu também uma saudação à Junta de Freguesia de Viana do Alentejo pela oportunidade, discrição e sensibilidade demonstradas na apresentação e colaboração na obra da Dra. Fátima Farrica, a quem deixou igualmente uma felicitação especial. -----

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alcáçovas, Frederico Carvalho colocou várias questões, sobretudo relativas à freguesia de Alcáçovas e à interação existente entre os dois órgãos autárquicos. -----

Começou por abordar o assunto dos autocarros, já mencionado em situações anteriores, e afirmou que era imperativo disponibilizar mais autocarros com paragem naquela freguesia, como forma de atrair mais habitantes e facilitar a deslocação dos que aí vivem. -----

Prosseguindo, pediu que o Município envidasse esforços junto da CIMAC – Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central, para demonstrar a relevância e a importância das comunicações dentro do nosso Concelho e entre o nosso Concelho e outros. -----

Referiu-se também à estrada de Santa Catarina, salientando a sua importância estratégica para a freguesia de Alcáçovas e, conseqüentemente, para o Concelho. Explicou que essa via facilita o acesso a uma autoestrada e a um concelho vizinho de grande dinamismo, Alcácer do Sal. No entanto, alertou que, devido à necessidade de intervenções, existe o risco de perder essa competitividade e facilidade de acesso. -----

Apesar de reconhecer que esta intervenção não depende apenas do Município de Viana, afirmou que “poderíamos fazer a nossa parte” e incentivar o Município de Alcácer do Sal para viabilizar a remodelação do espaço, tanto ao nível do pavimento como da sinalização, sobretudo das marcações. -----

Ainda na sua intervenção, o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alcáçovas afirmou que gostaria de propor a ponderação de uma iniciativa para a criação de um gabinete de apoio



às freguesias, pois isso permitiria ao Município de Viana do Alentejo uma maior interligação com as freguesias do concelho. Esclareceu que falava apenas em nome do VIVA e não das restantes freguesias e que, na opinião desta força política, a concretização da proposta poderia promover maior dinamismo, interação e agilidade na ação. -----

De seguida, referiu que, em nome da freguesia de Alcáçovas, fez um pedido no dia 8 de fevereiro de 2024 para a realização da primeira reunião do Conselho Municipal de Segurança, que seria a primeira deste mandato. Reiterou o pedido e manifestou a urgência do assunto. –

Continuando a sua intervenção, disse que sabia que o Senhor Presidente não partilhava da mesma opinião do executivo da freguesia de Alcáçovas em relação às questões da criminalidade. No entanto, salientou que, nos últimos tempos, tinha observado um agravamento de situações que, embora não fossem especificamente de criminalidade, estavam associadas a este tema. Disse que esta situação dizia respeito aos jovens e ao acesso que têm ao álcool, pelo que a freguesia de Alcáçovas e o Município deveriam refletir sobre o que poderiam fazer para intervir ou solicitar uma fiscalização mais eficaz do acesso ao álcool por menores de 18 anos nos diversos eventos realizados na freguesia e no concelho. -----

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alcáçovas fez referência à reunião do CLAS - Conselho Local de Ação Social de Viana do Alentejo, na qual participaram alguns colegas presentes na sessão da Assembleia, e onde se abordou a pertinência deste assunto. “Era importante haver um maior controlo” - disse. -----

Acrescentou que, mais preocupante do que o álcool, era a questão das drogas leves. Não sabia ao certo o que se passava nas freguesias de Viana e Aguiar, mas, em Alcáçovas, o problema era quase “endémico”, pois tanto os jovens do ensino secundário quanto os mais novos tinham acesso a essas drogas. -----

Essa situação era preocupante, e medidas preventivas deveriam ser tomadas para enfrentar essa realidade. -----

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alcáçovas fez alusão à questão da sensibilização ambiental, um tema que já havia sido abordado em reuniões entre os dois órgãos autárquicos. Nessas reuniões, ponderou-se promover essa sensibilização, especialmente no que diz respeito aos cães e gatos, destacando a obrigatoriedade do uso de trelas e a questão dos dejetos. -----

Salientou que, em Alcáçovas, como era do conhecimento do Senhor Presidente, a Junta de Freguesia tinha colocado alguns dispensadores. No entanto, faltava a parte mais importante: a consciencialização das pessoas. Ainda nesse contexto, mencionou que, na semana anterior, alguns moradores apresentaram queixas por causa dos dejetos caninos, um problema recorrente, inclusive no Parque Industrial. Diante disso, o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alcáçovas fez um apelo para que as três freguesias e o Município se unissem na sensibilização da comunidade local. -----

Além disso, sugeriu a criação de um Regulamento Municipal para estas questões, pois, sem ele, não é possível penalizar quem esteja em incumprimento. -----

Para terminar, fez referência ao abate das árvores da Estrada Nacional 2, a seguir ao restaurante Sabores da Vila, em Alcáçovas. Este assunto já tinha sido discutido há alguns meses e gostaria de saber se houve algum desenvolvimento. -----



Em relação à Estrada Nacional 380, afirmou que já tinha sido abordado na Assembleia Municipal que a Junta de Freguesia de Alcáçovas tinha apresentado uma reclamação à IP – Infraestruturas de Portugal devido ao mau estado da estrada, particularmente em relação à sinalização. No seu caso, que viajava naquela estrada diariamente, observava que, nos dias de nevoeiro, a sinalização horizontal, as bermas e os traços contínuos e descontínuos tornavam-se praticamente invisíveis. -----

Reforçou que o peso do Município será sempre maior do que o de uma freguesia, no que respeita a uma reclamação ou sugestão, pelo que pedia que houvesse essa sensibilização por parte do Município para a resolução deste assunto. -----

O Senhor Presidente da Junta voltou a mencionar o problema do cemitério de Alcáçovas, que tem sido uma questão recorrente por parte do executivo daquele órgão autárquico. Sabe-se que é um problema antigo, relacionado com o escoamento das águas pluviais na área ampliada do cemitério. Essa situação era imperativa de ser resolvida, pois perturbava e condicionava a qualidade e a boa conservação das culturas na parte ampliada. Por esses motivos, foi solicitado uma resposta urgente ao Senhor Presidente da Câmara, bem como o apoio para que pudessem realizar as ligações de escoamento das águas dos sumidouros, que ainda não estavam instalados, sendo esta uma medida importante que deveria ser tomada o mais breve possível.

O Senhor Presidente deu a palavra ao membro Nuno Grave, que começou por questionar o Senhor Presidente da Câmara sobre o uso do Centro Social de Aguiar e sobre quando seria possível aos aguiarenses usufruírem plenamente e definitivamente daquele espaço. Em seguida, este membro referiu-se aos outdoors do Almoço dos Ganhões, que deveriam divulgar o evento, mas não foram colocados, e lembrou que, na sessão da Assembleia Municipal de 8 de setembro de 2023, já haviam alertado para a mesma situação. O Senhor Presidente teria dito, na altura, que não foi possível a colocação dos outdoors, pois as datas tinham sido divulgadas há pouco tempo, uma vez que o Grupo Desportivo de Aguiar, entidade responsável pela iniciativa, alterou a data. -----

Prosseguindo, mencionou que, neste ano, o evento foi divulgado no dia 23 de julho e constatou-se que a situação voltou a repetir-se, uma vez que não houve outdoor para a sua promoção. -----

Abordou ainda um tema noticiado pela comunicação social há algumas semanas, relacionado com o pedido, por parte de uma empresa, de direitos de prospeção mineira em quatro concelhos do distrito de Évora: Montemor-o-Novo, Vendas Novas, Évora e Viana do Alentejo. Destacou que o período de consulta pública estava em curso e encerraria em 25 de outubro de 2024. -----

O membro Nuno Grave mencionou que este assunto tinha sido apresentado pelas Senhoras Vereadoras do Partido Socialista em reunião de Câmara. Em resposta, o Senhor Presidente afirmou não ter conhecimento do tema, mas afirmou que iria informar-se. -----

Nesse sentido, questionou se o Senhor Presidente teve a oportunidade de verificar esta questão e se poderia fornecer mais alguma informação. -----

O Senhor Presidente da Assembleia interveio e, antes de passar a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, expressou o seu desejo de se associar à felicitação dirigida à Senhora Presidente



da Junta de Freguesia de Viana do Alentejo pelo lançamento do livro da autoria da Dra. Fátima Farrica. -----

Disse que, embora tivesse a intenção de estar presente, o estado de saúde da sua mãe não lhe permitiu participar no evento. -----

O Senhor Presidente da Assembleia afirmou ter tomado conhecimento do sucesso da iniciativa e agradeceu pelo exemplar do livro autografado pela autora. -----

De seguida, interveio o Senhor Presidente da Câmara, que começou por se referir às questões apresentadas pelo membro Cecília Lopes, afirmando tratar-se apenas de “questões de opinião”. Destacou e agradeceu o apreço manifestado pelo local escolhido para a inauguração da Feira D’Aires 2024. Na sua opinião, “foi uma ideia feliz” e revelou-se um sucesso em todos os aspetos, sublinhando que os registos fotográficos promoveram de maneira exemplar a iniciativa e o património em questão. -----

O objetivo foi alcançado, e todos estavam de parabéns por isso – afirmou. -----

Em relação à intervenção do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alcáçovas, o Senhor Presidente informou que este lhe tinha enviado três e-mails no final da tarde, um sobre os pinheiros e os outros sobre o cemitério, aos quais já havia dado resposta. -----

Em relação à questão dos pinheiros, explicou que tinha sido contratada uma empresa e que aguardavam a definição da data, pois o serviço estava a ser coordenado com o Município. Como não havia ninguém qualificado para realizar o corte, que era bastante arriscado devido ao porte das árvores, foi necessário contratar uma empresa especializada. -----

No que se refere ao cemitério, o Senhor Presidente explicou que perceberam a ausência do escoamento de águas necessário. Na resposta enviada ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alcáçovas, o Senhor Presidente da Câmara afirmou que se disponibilizou para realizar essa intervenção e expressou o seu agradecimento ao Senhor Presidente da Junta pelo interesse demonstrado em colaborar financeiramente. -----

Continuando a sua intervenção, o Senhor Presidente afirmou que essa colaboração seria muito importante, pois tornaria o processo mais célere, e propôs que fosse solicitado um orçamento para a execução da obra, uma vez que, através da Câmara Municipal, o processo seria sempre mais demorado. -----

O Senhor Presidente da Câmara informou que não conseguiu aceder ao outro documento, solicitando que lhe fosse reenviado para que pudesse analisá-lo e, posteriormente, responder. No que diz respeito à sinalização da estrada, mencionou que tinha dado instruções ao seu chefe de gabinete para fazer um apelo ao IP – Infraestruturas de Portugal, e afirmou que iria verificar se o assunto tinha seguido. -----

Em relação à sensibilização sobre a questão dos animais, o Senhor Presidente da Câmara afirmou que não deveria ser necessário criar um regulamento. Todos sabiam que, embora as pessoas levassem os seus animais à rua com o saco para as necessidades, só o utilizavam se alguém estivesse atento; caso contrário, não o faziam. Isto provava que as pessoas sabiam o que não era correto-disse. -----

De qualquer forma, a Câmara associar-se-ia a essa campanha de sensibilização ambiental, que poderia ser relevante também em outros aspetos. -----





Relativamente ao Conselho Municipal de Segurança, o Senhor Presidente da câmara informou que aguardavam a definição de uma data para que, dentro de duas ou três semanas, pudessem avançar com este assunto. -----

No que concerne à criação de um Gabinete de Apoio às Freguesias, o Senhor Presidente afirmou que “não lhe parecia uma ideia descabida”. Contudo, ele gostava de manter esse contacto com as freguesias, o que levava a que, muitas vezes, o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alcáçovas solicitasse a marcação de reuniões às quais ele nem sempre conseguia atender. -----

O Senhor Presidente da Câmara mencionou que o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alcáçovas era bastante ativo e persistente. Com as outras Juntas de Freguesia, não havia esse problema, pois reuniam-se com a regularidade que solicitavam. -----

O Senhor Presidente da Câmara sugeriu que refletissem sobre o assunto e verificassem se, de facto, se justificava o seu desenvolvimento. -----

O Senhor Presidente da Câmara informou que não havia recursos financeiros disponíveis para realizar as reparações necessárias na estrada de Santa Catarina, na estrada do Outeiro e dentro das vilas. No entanto, mencionou que alguns buracos na estrada de Alvito foram tapados, especialmente no troço que está prestes a ser transferido para a responsabilidade da IP – Infraestruturas de Portugal. Contudo, enquanto não fosse assinado o Protocolo de Cedência, este trabalho tinha de ser executado. -----

O Senhor Presidente da Câmara mencionou que a Câmara Municipal de Évora estava disposta a fornecer os materiais necessários para a reparação da estrada do Outeiro. Nesse caso, a Câmara de Viana do Alentejo disponibilizaria a mão de obra, e a Câmara Municipal de Portel também demonstrou disponibilidade para colaborar. -----

O Senhor Presidente da Câmara reconheceu a importância da estrada de Santa Catarina, mas salientou que, de momento, não dispõem dos recursos financeiros necessários para os investimentos requeridos. Indicou que, embora possam realizar algumas manutenções e prepará-la para o inverno, não é possível executar obras mais abrangentes neste momento. ---

Em relação aos transportes, informou que estavam novamente em negociações com a CIMAC – Comunidade Intermunicipal do Alentejo Central. Segundo essa entidade, ainda havia disponibilidade para um transporte de Évora para Viana, mas o horário proposto não atendia às necessidades da freguesia. Além disso, o trajeto contemplaria apenas Évora-Viana, excluindo a hipótese de ligação entre Évora e Alcáçovas. -----

O Senhor Presidente afirmou que esta situação tinha surgido na semana anterior e que, por enquanto, não podia adiantar mais informações, aguardando novos desenvolvimentos em breve. Acrescentou ainda que as pessoas procuravam diariamente respostas para este problema, tanto os que trabalham como os que estudam e necessitam de transporte na hora de almoço. -----

Continuando a sua intervenção, afirmou que iriam tentar resolver esta questão, destacando que a forma mais rápida seria avançar com o transporte de Évora para Viana. No entanto, sem um autocarro entre Évora e Alcáçovas, nem todos seriam beneficiados, pelo que seria necessário ter essa situação em consideração.



Assim, referiu que este assunto “iria passar por algumas negociações” tendo também em conta os valores monetários envolvidos. -----

O Senhor Presidente da Câmara, no uso da palavra, respondeu às questões colocadas pelo membro Nuno Grave. -----

Relativamente ao outdoor do Almoço dos Ganhões, que não foi colocado para divulgação do evento, afirmou que não “sabia o que se tinha passado”, nem se o mesmo tinha sido solicitado, pelo que não iria apresentar desculpas sem antes esclarecer a situação. Quanto ao ano anterior, referiu que todos sabiam que a data tinha sido alterada em cima da hora. Por fim, afirmou que iria informar-se sobre o sucedido para poder prestar esclarecimentos. -----

Acerca da prospeção mineira, afirmou ter tomado conhecimento do assunto na reunião de Câmara, pois ainda não tinha ouvido falar sobre isso. O tema foi abordado pelo Senhor Vereador e pelas Senhoras Vereadoras e, no momento, não havia muito a dizer, uma vez que procurou informar-se e, segundo os Técnicos do Município, ainda não tinha chegado nenhum pedido relacionado com esta questão. -----

Referindo-se ao Centro Social de Aguiar, afirmou que “todos tinham ali um problema”, pois havia questões muito difíceis de resolver, como portas de emergência que não abrem e um corredor com apenas um metro de largura, que não cumpre as normas de saída de emergência. O Senhor Presidente da Câmara acrescentou que estavam em contacto com a Proteção Civil de Évora para encontrar uma solução. Outro problema identificado era a altura das bancadas, que também não cumpria as normas. -----

Estes dois ou três problemas não eram de fácil resolução; todavia, esperava-se encontrar o melhor caminho para os solucionar- disse. -----

Em sua opinião, a parte mais fácil de resolver era a das lâminas que travavam as portas da saída de emergência, segundo as informações obtidas. Quanto à outra saída de emergência, com o muro dos vizinhos, não havia grandes hipóteses de saber como corrigir ainda. Mesmo assim, o objetivo é encontrar soluções, pois têm todo o interesse em abrir o espaço à população. -----

Em seguida, interveio o membro Fernando Janeiro, que solicitou um esclarecimento relativo à estrada de Alvito e à transferência para a IP – Infraestruturas de Portugal, conforme mencionado pelo Senhor Presidente da Câmara. No entanto, essa transferência não se referia à estrada de Alvito, pois a sua questão dizia respeito à estrada entre Viana e a estação de Alcáçovas, onde existia um troço que deveria ser transferido para as Infraestruturas de Portugal e outro que estava em Tribunal. Assim, questionou qual o estado em que se encontrava aquele processo. -----

Usou da palavra o membro Frederico Carvalho, Presidente da Junta de Freguesia de Alcáçovas, que aproveitou a oportunidade para esclarecer todos os presentes na sessão, particularmente o Dr. Nuno Grave, relativamente à questão dos recursos geológicos das empresas interessadas em fazer prospeção. Informou que a Junta de Freguesia de Alcáçovas tinha recebido uma notificação da Direção de Recursos Geológicos, comunicando essa intenção, e manifestou a sua disponibilidade para realizar uma sessão de esclarecimento. O executivo da Junta de Freguesia de Alcáçovas exigiria esse esclarecimento. -----



Para todos os presentes que tivessem interesse em receber mais informações, afirmou que até ao final da semana estariam disponíveis mais detalhes sobre o assunto. -----

O Senhor Presidente da Assembleia interveio e perguntou se o que estava em causa era um licenciamento para alguma exploração ou pesquisa. -----

O Senhor Presidente da Junta respondeu que, no momento, tratava-se de prospeção para um possível licenciamento, caso se justifique. -----

Acrescentou que um familiar seu já tinha sido alvo de campanhas de prospeção, nas quais os proprietários das terras perdem a autoridade sobre o terreno, uma vez que, em determinado ponto, o subsolo deixa de ser propriedade do proprietário. O Estado tem, assim, o direito de conceder a exploração a empresas terceiras, especialmente no que diz respeito aos recursos geológicos. -----

Proseguindo, questionou o Senhor Presidente da Câmara sobre o coreto, assunto que já havia sido abordado pelo Senhor Vereador António Costa da Silva. Afirmou que considerou ser “um assunto caro” para alguns fregueses, especialmente para aqueles mais sensíveis à questão do património. -----

Disse que já tinham verificado que se tratava de uma estrutura quase toda em ferro e que necessitava de manutenção. Dessa forma, mencionou que colocava à consideração do executivo municipal e dos serviços técnicos a realização de um estudo preliminar para avaliar essa necessidade. -----

Ao concluir a sua intervenção, o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alcáçovas, Frederico Carvalho, referiu-se à Semana Cultural de Viana do Alentejo e questionou por que motivo esta iniciativa se limitava à sede do concelho, quando é designada como Semana Cultural do Concelho de Viana do Alentejo. Acrescentou que, se fosse uma atividade específica da freguesia, como acontece com a Semana Cultural de Alcáçovas, seria compreensível. No entanto, sendo uma iniciativa promovida pelo Município, deveria considerar-se a itinerância de alguns eventos ou a criação de uma programação diversificada, de forma a incentivar uma maior interação entre as freguesias e fortalecer a solidariedade. ---

Salientou que se poderia até equacionar a possibilidade de a Câmara entregar a organização da Semana Cultural à freguesia de Viana, e que a freguesia de Alcáçovas concordaria, em nome da solidariedade, uma vez que não é sua intenção ter mais do que as outras freguesias.

Reforçou que não conseguia compreender o fato de constarem como parceiros do evento, tendo o logotipo nos cartazes, e, sem, no entanto, sentirem uma interação mais direta, apesar de todo o interesse que têm em colaborar. -----

Seguiu-se a intervenção do membro Fernando Janeiro, que mencionou terem conhecimento de que a Câmara de Montemor emitiu um parecer negativo em relação a essa prospeção. ----

O Senhor Presidente usou da palavra e começou por responder ao membro Fernando Janeiro, afirmando que, no momento, não dispunha da documentação necessária para esclarecer a questão da estrada. Acrescentou que, embora não tivesse certeza, o troço em questão teria aproximadamente três quilómetros. Explicou ainda que este processo esteve em tribunal, mas que a Câmara o encaminhou para as Infraestruturas de Portugal, em vez de o ter dirigido ao Estado Português. Esse processo foi perdido – afirmou. -----



O Senhor Presidente informou que as Infraestruturas de Portugal tinham contactado a Câmara Municipal, manifestando interesse em assumir a gestão do referido troço, com cerca de três quilómetros, que corresponde ao final da estrada de Alvito e ainda abrange uma pequena parte do percurso em direção a Alcáçovas. -----

Em relação à notificação sobre a prospeção mineira, o Senhor Presidente estranhou o facto de a Câmara de Viana do Alentejo não ter sido notificada, dado que tanto a Junta de Freguesia de Alcáçovas como a Câmara Municipal de Montemor receberam essa comunicação. -----

Em resposta ao Senhor Presidente da Junta de Alcáçovas sobre a questão do coreto, o Senhor Presidente da Câmara informou que havia recebido um conjunto de fotografias enviadas por uma freguesia de Alcáçovas, trabalho que ele fez questão de enaltecer. No entanto, a sugestão apresentada por ela, que envolvia a utilização do dinheiro recebido pela Câmara através do quiosque para a reparação do coreto, não foi considerada a mais adequada. -----

O Senhor Presidente reconheceu a importância daquele monumento e sugeriu que fosse solicitado um orçamento para análise, de modo a verificar se os custos da recuperação do coreto estariam dentro das capacidades financeiras do Município, pois não conseguia determinar, naquele momento, o valor necessário para a sua recuperação. -----

Ao referir-se à Semana Cultural, também designada Viana em Festa, que ocorre há vários anos, o Senhor Presidente da Câmara explicou que esta iniciativa é promovida pela Câmara Municipal para a freguesia de Viana, na semana que antecede a Feira D'Aires, e sempre foi realizada nesses moldes. -----

O Senhor Presidente mencionou que esta Semana Cultural nunca teve o objetivo de abranger todo o Concelho, apenas a freguesia local. Recordou ainda a época em que a iniciativa foi criada, ocasião em que ele exercia funções na Câmara Municipal. Algum tempo depois, foi também criada a Quinzena Cultural em Alcáçovas, que mais tarde se transformaria na Semana Cultural. -----

Continuando a sua intervenção, o Senhor Presidente informou que a proposta de transferir a responsabilidade da Semana Cultural de Viana para a Junta de Freguesia de Viana do Alentejo já tinha sido discutida em reunião de Câmara. Disse ainda que nunca havia considerado essa possibilidade, pois não achava que fizesse muito sentido. Se a Junta de Freguesia de Viana tivesse capacidade para realizar iniciativas dessa dimensão, haveria certamente oportunidades para tal. A Câmara já estava familiarizada com o evento, pelo que não via necessidade de transferir essa responsabilidade. -----

De qualquer forma, poderiam “sentar-se”, analisar o assunto e verificar se haveria vantagens nesse processo. -----

O Senhor Presidente da Câmara acrescentou que não valeria a pena repetir eventos, pois seriam ou da responsabilidade da Câmara, ou da Junta de Freguesia, ou até realizados em conjunto. Disse ainda que existem outras datas a assinalar, que poderiam ser atribuídas à Junta de Freguesia, com o apoio da Câmara, na medida do possível. -----

.



Interveio a Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Viana, Tânia Milhano, que se mostrou disponível e aberta a propostas, destacando que poderá organizar a Semana Cultural, caso haja consenso entre todos. -----

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal usou da palavra e confirmou as declarações do Senhor Presidente da Câmara sobre a Semana Cultural “Viana em Festa”, que habitualmente começava no domingo e terminava na sexta-feira, no Cineteatro Vianense, sendo que o sábado dava início à Feira D’Aires. No mandato do Presidente Bengalinha Pinto, a sexta-feira passou a ser comemorada no Santuário de Nossa Senhora D’Aires. -----

O Senhor Presidente da Assembleia mencionou que a iniciativa foi concebida com esse formato, visando animar os dias que antecediam a Feira D’Aires, sem abranger as freguesias de Alcáçovas e Aguiar. -----

Na sua opinião, desde que existam outros interesses e vontades, uma Câmara Municipal nunca deve fechar-se a novas oportunidades, sendo este, portanto, um assunto a ser analisado. Mencionou um evento organizado pela Junta de Freguesia de Viana do Alentejo, que aprecia, e que poderia ser expandido para várias noites. -----

Após as intervenções, iniciou-se o primeiro período de intervenção do público. -----

O munícipe Luís Fernandes iniciou a sua intervenção cumprimentando todos os presentes e dirigiu-se ao Senhor Presidente da Câmara para expor uma situação da qual a Câmara já tinha conhecimento. -----

Relatou que, no dia 4 de setembro, foi realizada uma festa numa casa particular, com licença de “porta aberta”, localizada na Rua Médico Sousa, onde reside. A licença para a realização do evento foi emitida pela Câmara Municipal. Esta rua dá acesso ao castelo, que é um local frequentado por autocarros. -----

A referida rua foi interditada às 14 horas e, felizmente, nenhum autocarro passou por ali nesse momento, pois seria difícil fazer a inversão de marcha. A festa começou e, às 2 horas, tudo indicava que iria terminar. No entanto, prosseguiu com a presença de um DJ, que permaneceu até às 4 horas e 5 minutos. -----

O munícipe referiu que o bar anteriormente existente tinha coordenado os trabalhos de forma a realizar as obras sem causar incómodo aos residentes. -----

Neste contexto, afirmou não saber se essas práticas seriam mantidas e se as pessoas com lojas abertas, festas de aniversário, casamentos ou batizados iriam solicitar a interdição do trânsito, bloqueando ruas e prolongando o som até às 4 horas da manhã. -----

Disse ainda que, naquela rua, residiam pessoas idosas e bebés e que, às 2 horas da manhã, tinha contactado as autoridades, por considerar que essa era uma hora razoável para o término da festa. -----

Alertou para a necessidade de as entidades responsáveis assumirem as suas responsabilidades nesta situação, nomeadamente o Senhor Presidente da Câmara, que deverá refletir sobre o assunto. -----

Na sua intervenção, o munícipe afirmou não ter nada contra a proprietária do estabelecimento, pois esta apenas usufruiu da licença que lhe foi concedida. Nesse sentido, questionou quais os critérios para a emissão dessas licenças, considerando que, nas intervenções realizadas no bar situado nas proximidades, havia sido feito um trabalho meritório. Acrescentou ainda que não



sabia se esta situação estaria relacionada com o facto de o Senhor Presidente da Câmara ser o senhorio do estabelecimento em questão. -----

Outro assunto que lhe suscitou dúvidas foi o serviço realizado pelos trabalhadores da Câmara, utilizando os veículos da autarquia, na entrega e posterior recolha de mesas e cadeiras. -----

Na sua opinião, sendo a festa de carácter particular, “não fazia sentido que a Câmara prestasse esse tipo de serviço”. Considerou que os materiais poderiam ser emprestados, mas caberia aos interessados deslocarem-se ao estaleiro para proceder ao seu levantamento. -----

O munícipe questionou se este procedimento se manteria no futuro, visto que, às 2 horas, a G.N.R. o informou que não tinha forma de controlar os decibéis emitidos, embora soubesse que os limites estavam a ser ultrapassados, uma vez que ele próprio teve de se deslocar para a parte de trás da casa para conseguir manter o telefonema. -----

Salientou que lhe causava admiração o facto de mais ninguém manifestar o seu descontentamento com aquela situação, uma vez que muitas pessoas expressaram o seu desagrado. -----

No que lhe diz respeito, afirmou que não gostava de discutir este tipo de assuntos em cafés, razão pela qual preferiu estar presente para expor a questão. -----

O Senhor Presidente da Câmara usou da palavra e respondeu ao munícipe Luís Fernandes, afirmando que “sempre lhe tinha conhecido aquela frontalidade”. Acrescentou, no entanto, que o munícipe tinha utilizado uma expressão “um bocadinho infeliz” ao referir-se à casa. Esclareceu que, embora fosse o proprietário, a pessoa pagava a renda, pelo que ele não tinha autoridade sobre a utilização do imóvel. -----

Relativamente à festa, mencionou que era o seu aniversário e que a celebração se realizava, pelo menos há três anos, sempre com o apoio da Câmara, que também apoia outras entidades e particulares com os materiais solicitados, como mesas e cadeiras. -----

Explicou que os cortes de rua eram submetidos a reunião de Câmara e, uma vez aprovados, era definido um horário. No caso em questão, o acordo estabelecido autorizava a duração da festa até às 4 da manhã, até porque a G.N.R. tinha aconselhado a não ultrapassar esse horário, uma vez que as festas poderiam tornar-se problemáticas. -----

Referiu que este acordo era apenas verbal e que foi decidido não emitir licenças cujo horário ultrapassasse as 4h, salvo em raras exceções. -----

O Senhor Presidente da câmara afirmou que a senhora havia solicitado a licença, que foi devidamente autorizada. No entanto, se os limites de decibéis foram ultrapassados, essa questão não era de sua competência. -----

Prosseguindo, afirmou que, nos três anos em que esta festa se realizou, nunca houve problemas com a circulação de autocarros e que, caso continue em funções na Câmara Municipal no próximo ano, pretende emitir uma nova licença para essa iniciativa. -----

O aniversário ocorre apenas uma vez por ano, e a senhora nunca havia solicitado licenças para outras ocasiões, ao contrário do que acontecia com o bar, cuja gestão sempre foi bem conduzida por todos. Destacou que, quando os moradores têm reclamações, devem apresentá-las no local adequado. Foi exatamente o que aconteceu naquela situação, pois organizaram-se, dirigiram-se ao executivo, que posteriormente dialogou com os proprietários, e, em conjunto, chegaram a um entendimento. -----



Frisou que, até ao momento, não havia recebido qualquer reclamação sobre aquela festa. Esta era a primeira vez que um morador, no exercício do seu direito, manifestava insatisfação. --- Sendo uma festa a decorrer dentro da vila e que pode incomodar os moradores, o Senhor Presidente da Câmara afirmou que, no futuro, poderia propor as 2h como horário limite, em vez das 4h, como tem ocorrido até agora, pois trata-se de uma festa dentro da vila, passível de incomodar os moradores. Ainda sobre este assunto, o Senhor Presidente da Câmara afirmou que nunca havia sido recusada uma licença ou um corte de via a qualquer munícipe. Realçou que este procedimento era “igual para todos”, independentemente do local do evento. -----

O munícipe Luís Fernandes voltou a intervir, questionando se o Senhor Presidente considerava razoável que as pessoas fossem privadas do seu descanso até às 4h, uma vez que a festa ocorria dentro da vila, onde a maioria da população era composta por idosos e crianças. Acrescentou que, nos anos anteriores, isso não aconteceu, pois ele esteve presente e a festa sempre terminou às 2h. A festa começava a ser organizada às 17h, e este ano, iniciou-se às 14h, com a montagem de um palco que impossibilitou a passagem naquela via. -----

O munícipe reforçou que o volume da música deveria ter sido reduzido às 2h, mas, na realidade, aconteceu justamente o contrário. A partir das 4h, quando a música terminou, o barulho persistiu devido à arrumação e desmontagem dos materiais – afirmou. -----

Disse que não concordava com a posição adotada pelo Senhor Presidente da Câmara, mas, caso ele mantenha a intenção de emitir a licença até às 4h, alertou que haveria outras maneiras de abordar a situação. -----

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, que relembrou ter afirmado que, no próximo ano, seria necessário ponderar a fixação do limite de horário às 2h. Provavelmente, o munícipe não tinha ouvido essa afirmação. -----

"Isto prova que, afinal, sou sensível ao assunto" - acrescentou. -----

O Senhor Presidente da Assembleia interveio e destacou que, nas imediações do Pavilhão dos Bombeiros, do bar das Piscinas e da Quinta da Joana, também existem bairros habitados por idosos e crianças, onde situações semelhantes ocorrem. Como exemplo, mencionou o evento anual realizado na Quinta da Joana, o Festival Jovem Abana Viana, que deverá continuar a existir, apesar de os decibéis emitidos provavelmente excederem os limites estabelecidos por lei, afetando igualmente os moradores da área. -----

Salientou que todas as cautelas deveriam ser tomadas para minimizar os impactos, uma vez que os incómodos eram inevitáveis. A questão era escolher entre realizar eventos, assumindo alguns transtornos, ou simplesmente não os realizar. -----

Não havendo intervenções, entrou-se de imediato na Ordem de Trabalhos: -----

**Ponto um) Proposta de aprovação da ata em minuta no final da sessão** – A Assembleia deliberou por unanimidade aprovar a ata desta sessão em minuta, no final da mesma, nos termos do nº 3 do artigo 57º do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, na atual redação.

**Ponto dois) Apreciação da Informação Escrita sobre a Atividade da Câmara**- O Senhor Presidente da Assembleia interveio e afirmou que o documento havia sido enviado, apesar de o ponto não constar na Ordem de Trabalhos. -----



O Senhor Presidente da Câmara usou da palavra e mencionou que não tinha muito a acrescentar, a não ser lamentar o facto de o documento ter sido enviado tardiamente. No entanto, manifestou-se disponível para eventuais esclarecimentos. -----

Neste ponto da Ordem de Trabalhos, o membro João Antunes foi o primeiro a intervir, alertando para uma pequena correção na página dezanove do documento. -----

Em seguida, interveio o membro Nuno Grave, que destacou que, na página treze, havia referência a uma reunião realizada no dia 4 de setembro, em Lisboa, na qual estiveram presentes o Senhor Presidente da Câmara e o Senhor Ministro das Infraestruturas e Habitação, para discutir as possibilidades de financiamento da Execução da Estratégia Local de Habitação. -----

Neste sentido, o membro Nuno Grave relembrou que, no editorial do Senhor Presidente do último Boletim Municipal, este informou que iria lançar os concursos para a requalificação do bairro social de Aguiar. -----

Na reunião de Câmara de 11 de setembro, o Senhor Presidente mencionou que as verbas do PRR – Plano de Recuperação e Resiliência – foram atribuídas aos Municípios que concluíram os projetos mais cedo. Segundo o Senhor Presidente, estavam garantidos 50% de financiamento e, para os restantes 50%, o Município teria de recorrer ao BEI – Banco Europeu de Investimento, caso o Órgão Assembleia assim o decidisse. -----

O Senhor Presidente também afirmou que o projeto estava em fase de execução e que seria entregue até ao dia 30 de outubro de 2024. -----

Perante estas declarações, o membro Nuno Grave concluiu que o Município teria perdido a oportunidade de obter um financiamento a 100% para as casas pré-fabricadas de Aguiar. ----

Diante disso, o membro Nuno Grave dirigiu três questões ao Senhor Presidente da Câmara: -

- 1) Qual é o ponto de situação após todo esse processo? -----
- 2) Os 50% de financiamento mencionados foram garantidos pelo Senhor Ministro das Infraestruturas e Habitação ou tratava-se apenas da opinião do Senhor Presidente? -----
- 3) O Senhor Presidente assegura que o projeto será concluído e entregue até 30 de outubro, conforme mencionado no seu editorial? -----

Ainda no âmbito da Atividade da Câmara, foi feita referência à situação de um trabalhador que não tinha recebido o pagamento devido. Diante disso, os eleitos do PS manifestaram interesse em obter mais informações sobre o processo em questão. -----

O membro Nuno Grave colocou ainda outra questão relativa ao documento “Informação sobre a Atividade da Câmara”, especificamente sobre o processo da Dra. Maria D’Aires. No documento, é mencionado que, por informação jurídica, o processo foi atualizado a 17 de setembro de 2024. -----

A sua questão dizia respeito ao que havia sido atualizado neste processo desde a última Assembleia Municipal. -----

O Senhor Presidente respondeu, começando por esclarecer que, em relação ao processo da Dra. Maria D’Aires, não tinha conhecimento de qualquer alteração. Acrescentou que o processo foi entregue ao Advogado e que não lhe tinha sido solicitada qualquer opinião sobre o assunto. -----





Relativamente ao processo de José Manuel Mateus, o Senhor Presidente da Câmara referiu que este trabalhador apresentou uma ação em tribunal há algum tempo devido ao não pagamento de horas associadas ao suplemento remuneratório de penosidade e insalubridade. Não dispunha de mais informações sobre o assunto –disse. -----

No que diz respeito à reunião com o Senhor Ministro sobre a Estratégia Local de Habitação, salientou que, estando na freguesia de Aguiar, era natural que esse tema fosse abordado.

Relativamente a este assunto, o Senhor Presidente da Câmara fez questão de deixar claro que o executivo cumpriu todas as datas na submissão da candidatura. Esclareceu ainda que, até determinado momento, as candidaturas eram avaliadas com base em pontuações. No entanto, o novo governo decidiu acelerar os processos, alterando o método de avaliação. -----

No método anterior, em caso de empate na pontuação das candidaturas, o critério de desempate era a data de entrada da candidatura. Com o novo governo, porém, passou-se a adotar um critério diferente, privilegiando a ordem de entrada. Assim, os Municípios que submeteram as candidaturas primeiro foram os que acabaram por ser beneficiados. -----

Em relação a esta situação, expressou a sua discordância, uma vez que, no caso da Estratégia Local de Habitação, os processos nem sequer tinham sido avaliados. Cerca de vinte e poucos processos que deram entrada primeiro foram contemplados com a verba, que se esgotou logo de seguida. Os responsáveis pelo PRR – Plano de Recuperação e Resiliência comprometeram-se a avaliar as candidaturas num prazo de 90 dias, eliminando aquelas que não cumprissem os requisitos, o que acabou por acontecer. -----

A candidatura do Município de Viana do Alentejo, assim como as de outros Municípios, não foi contemplada porque a verba disponível não foi suficiente para todos. -----

O Senhor Presidente da Câmara referiu ainda que, numa outra reunião com o Senhor Ministro, lhe tinha sido assegurado que não precisava de se preocupar, pois estes processos seriam financiados a 100%, mesmo que o Governo tivesse de recorrer ao BEI – Banco Europeu de Investimentos. No entanto, desta vez, o discurso foi diferente, uma vez que já não seria o Governo a recorrer ao BEI, mas sim o Município. -----

Prosseguindo, acrescentou que, no que se refere ao financiamento, a situação atual era exatamente a mesma que existia com o anterior executivo, uma vez que as possibilidades de financiamento se mantinham inalteradas. Explicou que uma parte, correspondente a um pouco mais de 50%, equivale a 1 milhão e 483 mil euros a fundo perdido, enquanto o montante restante, cerca de 1 milhão e 60 mil euros, terá de ser obtido através de um empréstimo, que poderá ser contraído junto do IHRU – Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana. O Município liquidará esse empréstimo bonificado de forma faseada ao longo de um determinado número de anos e, além disso, terá também a sua comparticipação, que será de cerca de 30 mil euros. -----

O Senhor Presidente acrescentou ainda que também havia a possibilidade de recorrer a outra entidade bancária, caso isso representasse alguma vantagem. -----

Relativamente ao ponto de situação do processo, mencionou que existiam algumas diferenças e explicou que havia o projeto do Loteamento em andamento, e que até meio do mês receberiam o projeto das três tipologias de habitações. Quando isso acontecesse, estariam em



condições de submeter o projeto para aprovação e, a partir daí, decidir qual seria o modo de financiamento necessário, conforme o valor a ser financiado. -----

Na sua opinião, 1 milhão de euros de financiamento para uma obra daquela envergadura não seria excessivo, considerando que poderia ser pago ao longo de muitos anos.

O que estava em jogo, sublinhou, era a obra, que deveria ser valorizada. Neste momento, o que mais o preocupava era o “lançamento do processo”, embora estivesse confiante de que estava no caminho certo. Acreditava que, com os acordos e entendimentos necessários com o Senhor Vereador e as Senhoras Vereadoras, conseguiria garantir que, até ao final do ano, o processo estivesse pronto para ser lançado. -----

Seguiu-se a intervenção do membro Fernando Janeiro, que afirmou que “não lhe parecia que este processo estivesse igual ao do anterior executivo, uma vez que este último teve a oportunidade de garantir um financiamento a 100%, oportunidade essa que acabou por ser perdida. -----

**Ponto três) 2) Proposta de aprovação da 30ª alteração ao Orçamento, que integra a 3ª alteração modificativa ao Orçamento da Receita, a 3ª alteração modificativa ao Orçamento da Despesa e a 3ª alteração modificativa ao PPI (sujeito a aprovação em reunião de Câmara)** – O Senhor Presidente da Câmara interveio e esclareceu que a alteração

se baseava, fundamentalmente, na inclusão do saldo da segunda fase da obra do Centro de Saúde de Viana do Alentejo e em ajustes em várias rubricas, de onde foi retirado dinheiro para ser atribuído a outras. -----

Neste ponto da Ordem de Trabalhos, o membro Fernando Janeiro fez uso da palavra para manifestar a sua preocupação com a transferência de verbas da rubrica do pessoal, conforme indicado na documentação, particularmente no que se refere às despesas com os vencimentos dos trabalhadores, subsídios de Natal e encargos com a Segurança Social. -----

Este membro afirmou que, na proposta, verificava-se uma redução de 57 mil euros na rubrica de pessoal dos quadros, 10 mil euros na rubrica de pessoal contratado a termo, 36 mil euros no subsídio de refeição, 12 mil euros nos subsídios de férias e de Natal, e 40 mil euros na Segurança Social, o que totalizava mais de 150 mil euros de redução na rubrica de pessoal. Salientou que essas diminuições poderiam ter um impacto direto na capacidade de cumprir com os pagamentos e subsídios dos trabalhadores do Município, especialmente nos meses críticos de fim de ano, como o pagamento do subsídio de Natal. -----

Assim, aconselhou o executivo a agir com cautela, esperando que os salários dos trabalhadores não fossem comprometidos. -----

O Senhor Presidente da Assembleia deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, que respondeu ao membro Fernando Janeiro, esclarecendo que aquele documento não era da sua autoria. Foi elaborado pelos Técnicos, e as alterações resultaram do facto de alguns postos de trabalho não terem sido preenchidos, além dos trabalhadores que se têm reformado e que não receberam a totalidade dos salários previstos. Essa era a verba que sobrava, e garantiu que jamais estariam em causa os vencimentos ou subsídios dos trabalhadores. -----

Voltou a intervir o membro Fernando Janeiro, que afirmou que, em relação aos trabalhadores que não foram contratados, existia uma informação que mencionava o "recrutamento de pessoal para novos postos de trabalho". Presumiu que aqueles a que o Senhor Presidente tinha



feito referência estavam incluídos nessa categoria, havendo uma redução de 53 mil e 500 euros. Esse valor não foi incluído na lista anterior, pois, caso contrário, o montante total seria de 200 mil euros. -----

O Senhor Presidente da Câmara afirmou que seria fácil de compreender, pois, se as pessoas que estavam previstas para serem contratadas já tinham seis meses previstos, mas o concurso ainda não havia sido realizado, elas não iriam receber seis meses de salário, mas apenas dois ou três meses. Tratava-se de um ajuste no cálculo dos meses, refletindo o valor real. -----

Submetida a votação, a Assembleia deliberou, por maioria, aprovar a 30ª alteração ao Orçamento, que integra a 3ª alteração modificativa ao Orçamento da Receita, a 3ª alteração modificativa ao Orçamento da Despesa e a 3ª alteração modificativa ao PPI. A deliberação contou com 7 votos favoráveis dos eleitos da CDU (Estêvão Pereira, Marília Rasquinho, Paula Maurício, Sara Rodrigues, António Grosso, Marta Rebocho e Rosinda Gaio) e 11 abstenções dos eleitos do PS (Nuno Grave, Bernardino Pinto, Fernando Janeiro, João Antunes, José Nazaré Pereira e Tânia Milhano) e do VIVA (Cecília Lopes, Célia Sabino, Ricardo Soldado, Maria Leonor Fernandes e Frederico Carvalho). -----

**Ponto quatro) Proposta de aprovação da 4ª Alteração ao Mapa de Pessoal para 2023, em vigor em 2024 (sujeito a aprovação em reunião de Câmara) –**

Relativamente a este ponto da Ordem de Trabalhos, o Senhor Presidente da Câmara referiu que existia um lugar no quadro para a admissão de um arquiteto, em regime de mobilidade, ao qual ninguém concorreu. Assim, o que se pedia à Assembleia era a autorização para anular esse lugar, de modo a possibilitar a abertura de um novo concurso para a contratação de um arquiteto. -----

Interveio, então, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, esclarecendo que, em vez de ser por mobilidade, a admissão seria feita por concurso. -----

O membro Frederico Carvalho, Presidente da Junta de Freguesia de Alcáçovas, interveio para questionar o facto de o ponto em causa mencionar que “ainda está à apreciação do executivo municipal”. -----

Em resposta, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal explicou que essa redação provavelmente se devia ao facto de ter sido inicialmente enviada para a Câmara, sendo depois mantida na versão submetida à Assembleia Municipal. -----

Não havendo mais intervenções, o ponto foi submetido a aprovação, tendo sido aprovada, por maioria, com 4ª Alteração ao Mapa de Pessoal para 2023, em vigor em 2024. -----

A deliberação contou com 7 votos favoráveis dos eleitos da CDU (Estêvão Pereira, Marília Rasquinho, Paula Maurício, Sara Rodrigues, António Grosso, Marta Rebocho e Rosinda Gaio) e 11 abstenções dos eleitos do PS (Nuno Grave, Bernardino Pinto, Fernando Janeiro, João Antunes, José Nazaré Pereira e Tânia Milhano) e do VIVA (Cecília Lopes, Célia Sabino, Ricardo Soldado, Maria Leonor Fernandes e Frederico Carvalho). -----

**Ponto cinco) Proposta de concessão de apoio financeiro à Freguesia de Alcáçovas, nos termos do disposto na alínea j) do n.º 1 do art.º 25.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na atual redação (Semana Cultural) –**

O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alcáçovas tomou a palavra e informou que, por conflito de interesses, optaria por prescindir do seu direito de voto naquela deliberação. No entanto, sem prejuízo de conhecer o resultado da votação, fez questão de expressar o seu agradecimento pelo apoio



prestado pelo Município. -----  
Destacou que, apesar de no ano anterior terem surgido alguns percalços, este ano esses desafios foram ultrapassados. Reforçou ainda que o seu agradecimento não se limitava ao apoio financeiro, mas também ao apoio técnico e operacional, que foram fundamentais para o sucesso da Semana Cultural. -----  
Destacou-se que foi uma semana de muitas atividades culturais, com a realização de 49 eventos. Além do grande patrocinador, que era o Município, houve também a participação de mais quatro patrocinadores, entre outros, e uma grande participação das associações locais. – Os locais de realização dos eventos também foram um ponto a ser destacado, pois houve um esforço por parte do executivo em diversificar os espaços onde as atividades ocorreram. -----  
O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Alcáçovas mencionou os diversos espaços utilizados e realçou a parceria com a Paróquia de São Salvador, permitindo a utilização da Igreja de São Francisco. Considerando que este espaço deveria estar mais acessível ao público, tem-se empenhado na sua dinamização ao longo da Semana Cultural, com uma exposição aberta ao público até o próximo dia 13. -----  
Quanto a outros espaços utilizados, salientou que muitos dispõem de equipamento municipal, o que torna imprescindível o comprometimento e a parceria do Município, sem os quais muitas atividades não poderiam ser realizadas. -----  
Referiu ainda que procuravam, simbolicamente, assinalar as duas datas históricas de forma agradável, mas também realizavam outros eventos que valorizam o património identitário de Alcáçovas, como a Arte Chocalheira, a Doçaria e o Cante Alentejano. -----  
Realçou a presença do executivo do Ayuntamiento de Tordesilhas e sublinhou que a “semente lançada à terra” deveria germinar nas duas povoações e até no Concelho. Nesse sentido, fez um convite ao Município, informando que o executivo da Junta de Freguesia de Alcáçovas estava convidado a participar em junho na cerimónia oficial em Tordesilhas, e que teriam todo o gosto em levar o executivo para reforçar e solidificar essas relações, que têm sido muito profícuas. -----  
O Senhor Presidente da Junta destacou a relevância do apoio financeiro, sublinhando que sempre transmitiu ao Senhor Presidente da Câmara o desejo de ver esse apoio num investimento significativo, capaz de gerar mediatismo, repercussões e o envolvimento da comunidade local e de outros parceiros. Adiantou ainda que já havia parceiros a demonstrar interesse em participar na Semana Cultural de Alcáçovas no próximo ano. -----  
Frederico Carvalho reforçou a importância do apoio financeiro e referiu que os 10 mil euros sujeitos a propostas eram os mesmos desde 2013, 2014, 2015... Contudo, houve um aumento dos custos devido à inflação nos equipamentos e nas prestações de serviços. -----  
Este valor, habitualmente transferido para a Junta de Freguesia de Alcáçovas, representava anteriormente 50% do custo total, mas atualmente corresponde apenas a 20%”, afirmou. Apesar de considerar o montante insuficiente, o Senhor Presidente da Junta de Freguesia agradeceu ao Município e absteve-se de votar, por se considerar impedido-----  
O membro Fernando Janeiro interveio novamente, referindo que tinha duas questões a colocar, mas que o Senhor Presidente da Junta de Alcáçovas acabou por responder. Afirmou que tinha conhecimento do valor concedido pelo Município, mas desconheciam o



investimento total da Semana Cultural, que é de 50 mil euros, correspondendo o apoio a 20% desse montante. A outra questão prendia-se com a origem do valor de 10 mil euros, tendo compreendido que este foi estabelecido em 2014. -----

O Senhor Presidente da Câmara tomou a palavra e afirmou que, embora tivesse todo o gosto em conceder à Junta de Freguesia de Alcáçovas uma quantia superior, o Município não dispunha de condições para o fazer, uma vez que o Orçamento era referente a 2023. -----

Sublinhou ainda que toda a logística associada ao evento, incluindo materiais, espaços e apoio técnico cedidos, deveria igualmente ser contabilizada, o que elevaria o apoio para além dos 20% referidos. -----

O Senhor Presidente da Câmara elogiou a qualidade do evento, destacando que teve a oportunidade de assistir a vários espetáculos da Semana Cultural e apreciou o seu nível. Por esse motivo, afirmou não se arrepende do valor atribuído, sublinhando que este estava a ser bem aplicado. -----

Não tendo mais intervenções, o Senhor Presidente da Assembleia submeteu o ponto à votação, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade, com o impedimento do Senhor Presidente da Junta de Alcáçovas. -----

**Ponto seis) Proposta de aprovação da alteração do Loteamento da Zona Industrial de Alcáçovas** – Interveio o Senhor Presidente da Câmara, que referiu não ter muito a dizer, acrescentando que era um processo que tinha de decorrer daquela forma. -----

Por unanimidade, a Assembleia deliberou aprovar a alteração do Loteamento da Zona Industrial de Alcáçovas. -----

Esgotada a Ordem de Trabalhos, o Senhor Presidente da Assembleia declarou aberto o segundo período destinado à intervenção do público. Não se verificou qualquer intervenção. Passou –se de imediato à leitura da minuta correspondente a esta ata. Votada, foi aprovada por unanimidade. -----

Declarou encerrada a sessão às vinte e três horas e quarenta minutos do dia 30 de setembro de 2024.

Aprovada a 29 de abril de 2025



O Presidente da Assembleia,

---

O Primeiro Secretário,

---

O Segundo Secretário,

---